

## CRIME E VIOLÊNCIA NA PERIFERIA DE FORTALEZA

Emanuel Bruno Lopes de Sousa<sup>1</sup>  
Maria Glaucíria Mota Brasil<sup>2</sup>

### RESUMO

Na cidade de Fortaleza, alguns pontos são considerados críticos com relação aos índices de violência, um exemplo é a região denominada de Grande Bom Jardim, situada na zona sul da capital, nosso estudo faz uma análise das estatísticas policiais, considerando os tipos de crimes e violências que ocorrem no bairro em questão, bem como os desafios das políticas públicas de segurança.

Palavras-chave: Crime, violência, políticas de segurança.

### ABSTRACT

In the city of Fortaleza, some spots are considered critical referring to the violence rates, as an example there is the neighborhood known as Grande Bom Jardim (Great Good Garden), located in the South of the capital. The study analyzes the police statistics, considering the ways crimes are usually committed and the types of violence occurring in this area, as well as the challenges for the public security policies.

Keywords: Crime, violence, Security policies.

## 1 INTRODUÇÃO

Muitos estudiosos tentam compreender o fenômeno da violência como categoria sociológica, mas é uma discussão que interessa diversas áreas do conhecimento. Alguns chegam até considerar que o processo civilizador nunca atingiu índices tão elevados de criminalidade e violência. Cada sociedade, com seus diversos aspectos, diferentes contextos e épocas, de acordo com seus códigos de condutas comportamentais, leis e normas, dá feições e características as diversas formas de violência. Verificar os aspectos que são inerentes a cada sociedade parece ser necessário, na observação de Elias (1994), para se compreender o processo civilizador. As situações sociais existentes são diferentes, portanto exigem de seus membros códigos de condutas diferenciadas o que fornece novos contornos às violências. E essas multiplicidades de formas da violência na contemporaneidade se configuram num processo denominado por Tavares dos Santos (1999) de dilaceramento da cidadania.

<sup>1</sup> Mestrando em Políticas Públicas e Sociedade - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade - Universidade Estadual do Ceará.

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social pela PUC/SP - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade - Universidade Estadual do Ceará.

A questão do crime e da violência nas cidades é algo que envolve de maneira muito próxima o poder público e revela que os dispositivos<sup>3</sup> responsáveis pela segurança pública não são capazes de responder a demanda colocada, sobretudo nos espaços urbanos. Para se ter uma idéia, dez anos atrás, o Brasil registrou um total de 38.894 mortes por homicídios. Com uma população estimada em 156 milhões de habitantes, a taxa de homicídio no país em 1996 foi de 24,8 em 100.000 habitantes (Waiselfisz, 1998). De maneira incisiva jovens, negros e pobres são vítimas preferenciais de acordo com dados da pesquisa realizada em 2004 pela Universidade Candido Mendes do Rio de Janeiro. A possibilidade de uma pessoa negra ser assassinada no Brasil é de 87% maior que uma pessoa branca. Ainda de acordo com a mesma pesquisa as maiores taxas de homicídios por 100 mil habitantes, independentes de raça, concentram-se nas pessoas com 24 anos de idade. A taxa de negros mortos nessa idade é, por exemplo, sete vezes maior que a de pessoas da mesma cor e que tenham 60 anos (Jornal O Povo, 14/08/04, p. 11).

No que diz respeito à realidade do Ceará, de acordo com os dados da Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI), “Mapa da Violência 2007”, dos 184 municípios do Estado, 13 concentram 60,9% das mortes de adolescentes ocorridas em 2004. Para cada grupo de 100 mil pessoas no Estado morreram 34,5 jovens, esse índice é mais que o dobro da média registrada na população não jovem, que possui uma taxa de óbitos de 16,3 pessoas. Se comparado ao restante do país, o Estado passou da 21ª colocação em 1994 para a 19ª dez anos depois. No entanto, esses números ficam abaixo da média do Nordeste que registrou 41,1 homicídios de jovens e 18 entre os não jovens. A média nacional é de 51, 7 adolescentes mortos a cada 100 mil pessoas. (Jornal O Povo, 01/03/07, p.8)

O envolvimento de jovens na violência seja como vítimas ou como autores de atos infracionais é merecedor de atenção. No ano de 2004 segundo o Ministério da Justiça, 39.578 jovens cumpriam algum tipo de medida socioeducativa no Brasil o que corresponde a 0,2% da população brasileira jovem com idade de 12 a 18 anos. (Jornal O Povo, 13/02/07, p.12). Na realidade cearense, os casos de homicídios, latrocínios, roubo, porte ilegal de arma e tráfico de drogas cometidos por adolescentes aumentaram 10% em 2006 (1641) com relação a 2005 (1457), de acordo com dados da Unidade de Recepção Luis Barros Montenegro (Jornal O Povo, 05/803/07, p.6).

Inúmeras questões podem estar associadas ao fenômeno da violência nas cidades brasileiras, pode-se colocar por um lado (embora não se reduz a isso), a inovação e sofisticação por parte dos criminosos. Por outro lado, a polícia ainda atua com limitações e despreparo para o exercício de suas atividades em seu cotidiano de trabalho, o que faz com

---

<sup>3</sup> Sobre o significado do termo ver as observações realizadas por Foucault (1990).

que a sociedade deposite pouco crédito nas polícias como instituição responsável pela “lei” e a “ordem” pública. De maneira específica nas periferias, onde as atuações das polícias assumem características mais autoritárias e não vêem a comunidade como uma aliada no combate à criminalidade e à violência urbana. O que se observa é que quando as políticas governamentais estão aliadas às iniciativas da sociedade civil, o combate ao crime e a violência são mais efetivos, daí a necessidade da participação ativa da sociedade nas políticas de segurança.

Na região denominada de Grande Bom Jardim, as formas de crimes e violências que ocorrem são desafios às políticas públicas de segurança que nos últimos vinte anos buscam confiabilidade e legitimidade para suas práticas, como nos fala Brasil (2003). Contudo, não obterão êxito se não desenvolver uma relação dialógica com os mais diversos segmentos da sociedade, não apenas para fiscalizar como também (re) definir o gerenciamento dessas políticas.

## **2 ESPAÇO URBANO, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA.**

O processo de urbanização de Fortaleza, como em algumas metrópoles brasileiras, nos últimos anos foi realizado de maneira desordenada, basta observar nos espaços citadinos, a proliferação de favelas e áreas de risco<sup>4</sup>. Pode-se agregar a isso o aumento populacional ocorrido na última década, porém não como fator determinante. No ano de 2006, de acordo com o IBGE a cidade de Fortaleza estava com 41.976 a mais que 2005, quando havia 2.374.944 habitantes, sendo o quarto município mais populoso do Brasil (Jornal O Povo, 02/09/06, p. 05).

A população cresceu, mas de maneira inversa os territórios urbanos foram utilizados de maneira inadequada para que todos tivessem melhor qualidade de vida nas cidades, ou seja, o bem-estar dos cidadãos fosse garantido como é colocado na lei nº.10.257/01. Na mesma proporção do crescimento populacional, seus problemas também cresceram e a questão da segurança é o que mais incomoda na cidade (65,5%), de acordo com pesquisa realizada pelo Jornal O Povo e UltraData, deixou para trás respectivamente, temas como desemprego (60,1%), saúde (53,1%), custo de vida (36,7%), educação (32,7%) e corrupção (20,5%) (Jornal O Povo, 22/05/05, p. 5).

As diferenças socioespaciais existentes são notórias, fortes são os contrastes que constituem o espaço urbano de Fortaleza que se expressam em significativas desigualdades sociais, com conseqüências diretas no modo de representar a cidade e as

---

<sup>4</sup> No ano referente a 2005, a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza acusou a existência de 624 ocupações em toda cidade. Ver: Jornal Diário do Nordeste (Cidade), 23/01/06, p. 6.

práticas de seus habitantes (Barreira et al, 1999). Apesar dos contrastes, existem na cidade características que ora se complementam, ora se divergem, mas não se desconsidera que juntos formam e dão sentido aos que vivem na cidade, como coloca Canclini (2006), no que os sujeitos podem fazer com suas vidas em meio às determinações em que vivem, no que pensam sobre si e sobre os outros para superar falhas e faltas existentes, desenganos com que as estruturas e interações urbanas respondem a suas necessidades e desejos.

Podemos assim, assinalar como característica fundamental do processo urbano nas cidades brasileiras a partir da observação de Hughes (2004), a assimetria entre a localização e as condições sociais, fazendo do ambiente construído espaço privilegiado de expressão das desigualdades sociais, com a permanente pressão dos mais pobres em direção as piores localizações.

São “pedaços” distintos da cidade, porém não tão distintos tampouco totalmente desconexos. É como uma moeda que apresenta lados opostos, dito de outra maneira, na mesma cidade constata-se a existência de espaços que são diferentes e possuem suas peculiaridades, logo as redes sociais que se constituem e dão sentido não são as mesmas, a atuação e distribuição dos policiais também são diferenciados, bem como os crimes cometidos.

Esses contrastes assinalados estão intimamente vinculados às ações governamentais que foram direcionadas apenas para um lado da cidade, o que conduziu aos demais moradores a um cenário de apartação social onde convivem a exclusão e a pobreza, onde os equipamentos sociais básicos e infra-estrutura de moradia e saneamento são escassos e até mesmo ausentes.

Em Fortaleza algumas localidades são consideradas críticas pelas autoridades policiais, consideram-se três áreas quais sejam: a correspondente ao centro da cidade, onde os casos mais comuns são assaltos, roubos a transeuntes e em estabelecimentos comerciais; a zona leste que corresponde aos bairros nobres e a região litorânea, nesta são comuns assaltos a bancos, seqüestros (relâmpagos), roubos ao patrimônio, como carros, condomínio e tráfico de drogas. Por fim, a que corresponde ao Grande Bom Jardim, foco de nossa análise.

A região amostra da pesquisa está encravada na zona sul de Fortaleza com uma área extensa de 253 quilômetros quadrados e 175 mil habitantes, compreende os seguintes bairros: Genibaú, Conjunto Ceará I, Conjunto Ceará II, Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Sucesso, Parque São José, Parque Santa Cecília, Parque Santo Amaro, Siqueira, Jardim Jatobá, Canindezinho e Parque Jerusalém. Em toda região existem o 12º e 32º Distritos Policiais (DP) que realizam investigações e registro de ocorrências, além disso, efetuam

prisões em flagrante e participam de blitz e outras atividades juntamente com a polícia Militar e a Polícia Civil<sup>5</sup>.

A presença do Grande Bom Jardim nos noticiários policiais seja escrito ou falado é uma constante, o que revela a existência de conflitos que necessitam de uma mediação, maioria das vezes são problemas que não se reduzem a “casos de polícia”. Sempre há reclamações da comunidade local no tocante a (in) segurança pública, maioria das vezes relacionada à falta de policiais, às questões educacionais e de saúde, serviços considerados básicos.

Outros aspectos também podem ser destacados no bairro como a iluminação, coleta de lixo, pavimentação das ruas, em algumas os esgotos correm a céu aberto, onde transitam cotidianamente pedestres, carros particulares e transportes coletivos. No que diz respeito à moradia, algumas casas aparentemente são pequenas e demonstram partir de um crescimento e ocupação aleatórios.

Outro ponto que chama atenção são os pequenos comércios, alguns vinculados aos próprios domicílios. Impressiona o fato de que quase todos possuem além da porta uma grade de ferro para evitar assaltos. Diante dessa realidade, quais os crimes mais cometidos no bairro? Nos registros policiais, os crimes mais destacados são contra a vida, estão muitas vezes relacionados a conflitos interpessoais, ao tráfico de drogas e a crimes contra o patrimônio, acerto de contas, crimes de extorsão, divisão de roubos e assaltos, discussão entre vizinhos, entre outros. De acordo com dados oficiais divulgados pela Polícia Civil em 2005 (Jornal O Povo, 13/02/06, p.5), foram registrados no 32º DP quarenta e sete homicídios e cinco latrocínios, respectivamente no 12º DP, trinta e cinco e quatro. A incidência desses casos chama a atenção das autoridades policiais se comparados com as demais localidades de Fortaleza e preocupa também a população local, a imagem do bairro na mídia é repassada como violenta e estigmatiza os moradores da região. Muitos destes homicídios estão diretamente ligados ao uso e tráfico de armas de fogo, maioria sendo portada de forma ilegal, bem como ao uso, tráfico e comercialização de substâncias entorpecentes. Parece existir uma sintonia entre droga, arma e crime. Outras ocorrências também se destacam nos registros policiais, destacam-se no 12º DP furtos (1.010), roubos a farmácia (3), roubo a pessoa (1.086) e roubos a estabelecimentos comerciais (43). No 32º DP verifica-se 539 registros de furtos, nenhum roubo a farmácia, 1.031 roubos a pessoa e 25 roubos a estabelecimentos comerciais.

A falta de estrutura, seja em termos de pessoal como de material é algo que compromete o desempenho das atividades policiais, como se pode observar na região

---

<sup>5</sup> Como instrumento da política de segurança pública no Ceará a polícia atua de forma integrada através das Áreas Operacionais Integradas (AOI). Sobre o processo de integração das polícias no Ceará e as transformações ocorridas ao longo da última década nos dispositivos de segurança pública são relevantes os estudos realizados por Brasil (2000), Brasil e Abreu (2002).

pesquisada, cerca de 107 casos de homicídios em 2005 estavam parados por não existir condições necessárias para condução dos inquéritos policiais. Com um escrivão e quatro inspetores e manter a delegacia funcionando com uma carceragem superlotada (...) não há como dar conta da demanda acumulada e a que chega todos os dias. (Jornal O Povo, 14/02/06, p.4). Essa é uma realidade presente nas cidades brasileiras e revela há muito tempo à necessidade de reformas substanciais nos dispositivos de segurança pública, não somente no tocante a infra-estrutura, mas a necessidade de uma postura proativa das polícias, ou seja, que os policiais ajam antes que os crimes aconteçam, para tanto, é necessário dotar as polícias de condições reais para o exercício legal de suas funções republicanas. Ressaltando que essa nova postura não se fará apartada da participação ativa da sociedade. Na realidade, o que se observa nas periferias é um policiamento repressivo, violento e operacionalizado pela coreografia espetacularizada dos grupos e destacamentos especiais (cavalaria, rondas com cães, motopatrulhamento, batalhão de choque, etc) que abordam pessoas consideradas suspeitas. São ações estratégicas para fazer o controle social dos excluídos e garantir a “manutenção da ordem” na cidade. Essas ações policiais estão orientadas pelo poder discricionário que faz uso do preconceito contra o jovem, sobretudo do sexo masculino, pobre, negro e morador da favela.

### **3 CONCLUSÃO**

As mudanças e reformas ocorridas no cenário urbano de Fortaleza envolvem processos que se produzem na subjetividade em níveis individuais e coletivos ao compreender a cidade como uma imensa máquina (Guatarri, 1992). Nas áreas nobres da cidade percebe-se um “encolhimento” do espaço público, onde os laços sociais com outros sujeitos são frágeis, portanto vê-se a dificuldade de construção de identidades e reconhecimento. De maneira intensa é verificado o surgimento de um tipo de isolamento que Oliveira (2001) denominou de guetos às avessas, são condomínios com muros altos, câmeras, segurança privada, carros blindados e demais dispositivos construídos para proteger uma elite assustada murada contra a miséria ao seu redor e que transforma seus moradores em verdadeiros cárceres. Isso passa no imaginário das pessoas uma “aparente” sensação de segurança, haja vista que os assaltos a condomínios em Fortaleza chegaram a 107 durante o ano de 2006.

Por outro lado, na periferia percebe-se o espaço público como espaço de negociação, de reconhecimento dos problemas enfrentados cotidianamente pela população, isso se dá por meio de estratégias organizadas com entidades ligadas a sociedade civil, ou seja, fóruns, conselhos, ONG's e movimento sociais onde são levantadas discursivamente

no espaço público questões de interesses coletivos. As políticas governamentais não podem deixar de (re)conhecer as diferenças e ambigüidades existentes entre os bairros que compõem a cidade.

Não resta dúvida que os moradores das periferias urbanas são os que mais sofrem com as práticas autoritárias das policiais. Permeia o imaginário das pessoas que existe uma ligação direta dos pobres com crime e a violência, é uma visão, como lembra Zaluar (2002), que acaba por justificar a preferência, carregada de suspeitas prévias que os policiais têm pelos moradores das periferias urbanas.

Pode-se observar uma imprecisão dos dados quantitativos apresentados nas ocorrências policiais o que ocasiona dificuldade no planejamento das ações de segurança, sobretudo na execução das atividades. A população também contribui para essa imprecisão quando não comparece a delegacia para registro das ocorrências quando são lesadas, muitas consideram perda de tempo não apenas pela demora no atendimento, mas também pelo fato de que não há compromisso por parte da polícia na resolução dos problemas apresentados. Essa pouca credibilidade existe até mesmo por parte dos próprios policiais frente às condições reais de execução das funções (Brasil et al, 2005), no entanto, essa ausência de confiança da sociedade nas polícias deve ser visto como algo que compromete o planejamento e as ações das políticas de segurança, por conseguinte a legitimidade dos órgãos de segurança pública na sociedade democrática.

Os dados criminais registrados nas delegacias falam por si, e não devem ser tratadas como meros números estatísticos, porém a partir deles há que se tentar compreender práticas sociais que se (des) constroem cotidianamente entre pessoas a partir de relações complexas e dinâmicas.

## REFERÊNCIAS

BARREIRA, C. (Coord.). **Ligado na galera**. Brasília: UNESCO, 1999.

BRASIL, G.M. (Coord.). **A face feminina da polícia civil**: inserção das mulheres na hierarquia de poder do sistema de segurança pública do Ceará. Fortaleza: UECE, jul. 2005, 118p. (Relatório final de pesquisa financiado pelo CNPq).

\_\_\_\_\_. **Crises na segurança pública**: mudanças e permanências. *Políticas Públicas e Sociedade*. Fortaleza, v. 1, n. 6, p. 89-106, 2003a.

\_\_\_\_\_. **A segurança pública no “Governo das Mudanças”**: moralização, modernização e participação. São Paulo, 2000. (Tese de Doutorado em Serviço Social-PUC/SP).

BRASIL, G.M.; ABREU, D. **Uma experiência de integração das polícias civil e militar: os distritos-modelo em Fortaleza.** *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, p. 318-355, 2002.

CLANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos.** 6.ed. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2006.

ELIAS, N. **O Processo civilizador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. V1.

GUATARRI, F. **Restauração da cidade subjetiva.** In: *Caosmose*. São Paulo: Ed. 34, 1992, p. 168-179.

HYGHERS, P. J. A.. Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva.** (São Paulo), Vol. 18, n. 4, p. 93-102, Out./Dez. 2004.

OLIVEIRA, C. S. de. **Sobrevivendo no inferno.** Porto Alegre: Sulinas, 2001.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Novos processos sociais globais e a violência. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 03, p. 18-23, 1999.

WASELFIESZ, J. J. **Mapa da violência: os jovens do Brasil.** Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

ZALUAR, A. **Violência: questão social ou institucional.** In: (Org.). OLIVEIRA, N. V. *Insegurança pública.* São Paulo: Nova Alexandria, 2002, p. 75-85.

#### Reportagens e entrevistas

Fortaleza é o 4º município populoso do país. **Jornal O Povo** (Fortaleza), 02/09/06, p. 05.

Treze municípios concentram 60,9% das mortes de jovens. **Jornal O Povo** (Fortaleza), 01/03/07, p. 8.

Adolescentes: numero de infrações graves aumenta 10%. **Jornal O Povo** (Fortaleza), 05/03/07, p. 6.

Jovens punidos são 0,2% das pessoas de 12 a 18 anos. **Jornal O Povo** (Brasil), 13/02/07, p.12.

Áreas críticas do crime são mapeadas. **Jornal Diário do Nordeste** (Polícia), 02/10/05, p.19.

Latrocínios causam medo. **Jornal Diário do Nordeste** (Polícia), 04/02/07, p.19.

Risco de assassinato é 87% maior para pessoas negras. **Jornal O Povo** (Brasil), Fortaleza: 14/08/2004, p.11.

Região mais populosa tem pior qualidade de vida. **Jornal O Povo** (Política), Fortaleza: 19/09/2004, p. 23. (Série Mirante Fortaleza Regional).